**qwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmrtyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmrtyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmrtyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmrtyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmrtyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmrtyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmrtyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnmqwertyuiopasdfghjklzxcvbnm**

|  |
| --- |
| Dificuldades de AprendizagemRótulo ou RealidadeMaria José Nunes Mota Gomes13/11/2018Email: preta\_gomes24@hotmail.comFone: (66) 996221743Instituto Matogrossense de Pós GraduaçãoSorriso MT |

**INSTITUTO MATOGROSSENSE DE PÓS GRADUAÇAO**

**CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA,**

 **EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO**

**MARIA JOSÉ NUNES MOTA**

**MONOGRAFIA**

 **DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM:**

 **RÓTULO OU REALIDADE?**

**SORRISO- MT**

**ABRIL-2018**

**MARIA JOSÉ NUNES MOTA**

**DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM:**

 **RÓTULO OU REALIDADE?**

Trabalho monográfico – Curso de Pós Graduação em psicopedagogia Educação Infantil e Alfabetização apresentado à comissão julgadora do Instituto Matogrossense de Pós Graduação, sob orientação do Professor: Jáison Gonçalves Leite

**SORRISO- MT**

**ABRIL-2018**

**AGRADECIMENTO**

Agradeço em primeiro lugar a **Deus** pela guia e proteção durante esta jornada. Agradeço também ao meu esposo Claudemir Francisco, pelo apoio e companheirismo, quero também deixar registrado o meu mais afetuoso agradecimento aos meus filhos Milena e Miguel que mesmo não possuindo ainda o entendimento disto, foram a minha inspiração e encorajamento na busca pela aquisição e ampliação de conhecimentos. E peço perdão pelos momentos em que precisei estar ausente

**Maria José**

*[...] Para a escola, os alunos são apenas transeuntes psicopedagógicos. Passam por um período pedagógico e, com certeza, um dia vão embora. Mas, família não se escolhe e não há como mudar de sangue. As escolas mudam, mas os pais são eternos [...].*

*Maria Inez Rodrigues*

**RESUMO**

A presente monografia aborda aspectos de possíveis soluções para os problemas de dificuldades de aprendizagem que muitas vezes é estigmatizado abrindo espaço para dúvidas: Sendo um dos objetivos, analisar as ocorrências que acontecem no cotidiano escolar, em que alunos apresentam dificuldades no âmbito da aprendizagem demandando orientação aos mesmos. Os passos metodológicos são de levantamento bibliográfico, observação e argumentação das situações vivenciadas no contexto educacional. O trabalho está dividido em três capítulos, onde o primeiro tem como linha de discussão: “Condições e dificuldades de aprendizagem”, que abordada os aspectos em que ocorrem a aprendizagem e as principais dificuldades encontradas no contexto escolar. O segundo capítulo enfoca a questão “rótulo ou realidade,” chamando à atenção para as questões sócio-ambientais na rotulação de indivíduos. O terceiro capítulo discute uma proposta de trabalho e práticas pedagógicas que engloba a relação professor e aluno com o intuito de diminuir as dificuldades apresentadas no aspecto da aprendizagem.

Palavras chave: Dificuldades de aprendizagem. Escola. Aluno

**ABSTRACT**

The present research discusses aspects of possible solutions to the problems of learning difficulties that are often stigmatized, making room for doubts: One of the objectives is to analyze the occurrences that happen in the daily school life, in which students present difficulties in the learning context, demanding guidance to them. The methodological steps are bibliographical survey, observe and argue of the situations experienced in the educational context. The work is divided in three chapters, where the first one os discussed: "Conditions and learning difficulties", which is addressed the aspects in which the learning main difficulties detected in the school context. The second chapter focuses on the issue of "label or reality," drawing attention to socio-environmental issues in individuals label. The third chapter discusses a proposal of work and pedagogical practices that includes the teacher and student relationship in order to reduce the difficulties presented in the learning aspect.

Keywords: Learning disabilities. School. Student

**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO……………………………………………………………....................08

CAPÍTULO l – CONDIÇÕES DE APRENDIZAGEM..............................................11

* 1. – Aspectos da aprendizagem em linguagem..........................................11
	2. – A Neuropsicologia................................................................................15
	3. – Sócio Construtivismo...........................................................................18
	4. – Dificuldades de Aprendizagem............................................................21
	5. – Principais Distúrbios da Aprendizagem ..............................................25

CAPÍTULO II – RÓTULO E REALIDADE..............................................................34

CAPÍTULO III – PROPOSTA DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS............................40

CONCLUSÃO........................................................................................................45

REFERÊNCIAS......................................................................................................48

**INTRODUÇÃO**

 Neste trabalho investigativo buscou-se entender e trazer possíveis soluções para os problemas de dificuldade de aprendizagem: Rótulo ou Realidade? Um dos desafios encontrados pelos educadores é compreender a causa e a consequência desses problemas. A epidemia das dificuldades de aprendizagem apresenta-se não só nos aspectos pedagógicos, mas, como também nos sociais, refletindo no desenvolvimento e integração do indivíduo na sociedade. Segundo Balestra (2007) “as dificuldades de aprendizagem que respondem pelo insucesso escolar vêm recebendo explicações das mais variadas conotações, tanto no enfoque das explicações teóricas quanto das políticas.”

Por isso se faz necessário o estudo sobre este tema. Este trabalho visa desafios não só para quem escreve, mas também para simpatizantes da educação de qualidade.

A escolha do tema partiu da realidade observada e vivenciada no cotidiano escolar; porque há tantas crianças, adolescentes e adultos com tantas dificuldades no aprender? Ao referir-se a alunos com dificuldades na aquisição do saber, a preocupação não deve ser apenas relacionada as dificuldades na aprendizagem dos conteúdos propostos e as suas funções cognitivas, mas é fundamental que a criança seja vista como um ser integral e que naturalmente está inserido em outros sistemas(familiar,social) e que tais dificuldades aparentes podem ocasionar conflitos e perturbações que culminariam no fracasso do seu desenvolvimento sócio-afetivo.

 Sabe-se também que a criança como um ser dinâmico esta pronta a se modificar e desenvolver novas habilidades, e que por mais difícil que seja o obstáculo, cada pessoa é única nas suas capacidades de interagir, integrar e progredir em busca de sua formação integral. Segundo Prieto (2005) *apud* Vigotsky (1932), na visão sociointeracionista diz que:

Os alunos deveriam ser encorajados a adquirir conceitos científicos através das atividades propostas pela escola e assim modificar sua relação cognitiva, ou seja, aprender. Esses alunos que apresentam ritmos diferentes e comportamentos tidos como problemas no aprendizado escolar fazem parte do grupo da escola e não deveriam ser estigmatizados e muito menos isolados. (PRIETO, 2005, art. Planeta educação)

 Portanto, neste contexto de mudanças, pensar em propostas educacionais que assegure a criança e ao adolescente o acesso igualitário a um ensino de qualidade seja em instituições públicas ou privadas trata se de um grande desafio, sendo necessário desconstruir certos conceitos e quebrar alguns paradigmas, para que dessa forma, as crianças se apropriem e absorvam conhecimento com competência, desenvolvendo uma postura crítica e reflexiva, pois na escola, as diferenças individuais estão sempre presentes e a atenção a diversidade é o eixo norteador do paradigma da educação igualitária .

 Vale ressaltar que o termo dificuldade de aprendizagem: Rótulo ou Realidade? É bastante amplo e engloba diferentes problemas como causa das mais variáveis possíveis. Um dos exemplos é o ritmo de aprendizagem, se não atendidos nos ditos padrões de “normalidades” a criança torna-se repetente e em alguns casos é exposta a exigências e investigações precoces ou a currículos que não respeitam o ritmo próprio do aprendiz. Muitas vezes ao corrigir a parte pedagógica, modifica-se positivamente o desempenho do aluno, levando por terra a justificativa de que se trata de um fracasso pessoal do aluno. Conforme Lakomy (2008), “as diferenças entre crianças se devem às diversidades qualitativas de interação social, que ativam processos de desenvolvimento cognitivo diversos com as pessoas do seu meio”.

 Observa-se que na prática o processo de aprendizagem é bem mais complexo do que a teoria apresenta, e que não está ligado apenas às funções cognitivas e de processamento de informações ligadas á estrutura cerebral, mas também ao processo de construção e desenvolvimento do conhecimento histórico-cultural típico da sociedade a qual o sujeito está inserido. Assim forma-se a seguinte pergunta: até que ponto as dificuldades ou problemas de aprendizagem são reais?

A metodologia usada neste trabalho foi uma pesquisa bibliográfica, baseada nos autores, BARBOSA (2006) MALUF (2003), CORRÊA (2001) entre outros. Sendo que o desafio dos educadores consiste em encontrar e definir a causa e as consequências desses problemas.

Para melhor esclarecimento, organização e compreensão, o presente trabalho foi elaborado e dividido em capítulos, sendo que o Capítulo I trata das condições e dificuldades de aprendizagem. O Capítulo II aborda a questão “rótulo ou realidade” argumentando e questionando a situação vivenciada no contexto educacional relacionada aos processos sócio-ambientais na rotulação de indivíduos com dificuldades de aprendizagem. A ideia de uma proposta pedagógica visando o aluno com dificuldade caracterizada por métodos alternativos associados á uma relação de confiança e afetividade, adequando a metodologia ao sujeito e instigando-o a trilhar diferentes caminhos que possibilitaram o desenvolvimento integral da criança, é apresentado no capítulo lll.

 É importante esclarecer que o referido trabalho não pretende, ainda que fosse impossível discorrer sobre todas as dificuldades relacionadas as questões do processo de ensino-aprendizagem, visto que se trata de uma questão muito abrangente e ainda em fase de estudos e pesquisas .

Contudo espera-se que este trabalho venha somar e agregar valores éticos, morais e humanos no que tange a prática dos educadores que buscam a descoberta e ampliação do conhecimento, afinal ninguém é proficiente em todas as habilidades.

 **1-CONDIÇÕES DE APRENDIZAGENS**

* 1. - Aspectos da aprendizagem em linguagem

 No decorrer do tempo os cientistas vêm investigando as relações entre as funções cerebrais e os meios pelos quais os indivíduos aprendem. A maioria deles afirmam que as crianças só aprendem normalmente quando possuem certas características básicas necessárias, e que as mesmas se apresentem de maneiras adequadas para aprendizagem. Essas características podem ser organizadas em três tipos ou grupos.

A primeira a ser considerada seria relativa a fatores psicodinâmicos, pois, para que a aprendizagem seja eficaz, é preciso supor que haja integridade de processos psicoemocionais. Outro requisito para a aprendizagem normal é que as funções do sistema nervoso periférico sejam intactas, uma vez que a criança aprende ao receber informações através dos seus sentidos. E, o terceiro requisito para aprender normalmente consiste na integridade das funções do sistema nervoso central, por ser uma rede complexa de componentes sensoriais que permite se comunicarem com o ambiente que vive; segundo Johnson & Myklebust (1987);

O cérebro funciona de forma semi-autonoma, ou seja, um sistema pode funcionar sozinho; pode funcionar com dois ou mais sistemas; ou pode funcionar de forma integrada, isto é todos os sistemas funcionando ao mesmo tempo (JOHNSON & MYKLEBUST,1987, p 12).

Os sistemas mais conhecidos relacionados aos distúrbios neurogênicos são: auditivo, visual e tático. Esse conceito é de fundamental importância para a teoria psiconeurológica da aprendizagem, pois isso significa que o sistema auditivo pode funcionar semi-automaticamente do sistema visual ou do sistema tátil, e que cada um desses, por sua vez, pode funcionar semi-independente dos outros dois.

Em termos psiconeurológicos, há três principais tipos de aprendizagem. A primeira denominada aprendizagem intraneuro-sensorial requer somente um sistema neuro-sensorial como o auditivo: o segundo chamado de aprendizagem interneuro-sensorial requer dois ou mais sistemas, por exemplo, o auditivo e a visão, porem não todos os sistemas; e o terceiro, denominado aprendizagem integrativa requer o funcionamento do conjunto de todos os sistemas.

 Vale ressaltar que não há aprendizagem que seja puramente inter-neuro-sensorial ou intra-neurosensorial, porém é possível considerar esses processos como sendo relativamente independentes de outros processos psiconeuro-sensoriais. Um exemplo é uma palavra falada, tanto aquela que é recebida quanto a que é expressa são de natureza auditiva. Embora o sistema motor da fala esteja envolvido, para fins de aprendizagem, a informação é auditiva.

De acordo com o conceito de sistemas semi-autônomos, ocorre certa aprendizagem quando dois ou mais sistemas funcionam de forma integrada. A maior parte da aprendizagem tende a ocorrer dessa forma. O exemplo que mostra como um tipo de informação neuro-sensorial se converte em outro dentro do cérebro é o ato de pronunciar uma palavra. Dolle (1993) salienta que o “sujeito psicológico, constitui-se da interação de outros quatro sujeitos: sujeito afetivo; sujeito cognitivo; sujeito social e sujeito biofisiológico”. Possuindo assim várias dimensões que são interdependentes umas das outras e ao interagir com o meio que é dinâmico se desenvolve e aprende.

O movimento executado pelo sujeito para aprender, necessita da articulação de várias dimensões interligadas entre si, e a escolha da dimensão que prevalecerá na interação com uma situação específica de aprendizagem.

Ao delimitar o objetivo da psicopedagogia, Silvia (1998); Diz que:

“o ser humano enquanto ser em processo de construção do conhecimento como ser cognoscente. O ser cognoscente não é constituído por vários sujeitos, mas por três dimensões, que são: “dimensão relacional, dimensão afetivo-desiderativa e dimensão relacional/interpessoal, caracterizando-o assim como um ser pluridimensional” (SILVIA, 1998, p.10).

Portanto, a aprendizagem na visão da Psicopedagogia efetiva-se na interação direta do sujeito com o objeto da aprendizagem, ou através da mediação de outra pessoa e também das relações interpessoais, através de questionamentos, argumentos e no debate das idéias sobre o elemento estudado. Caracterizando assim, uma ação dialética, mudando a concepção do processo de ensino/aprendizagem e assim o sujeito passa a construir e desenvolver habilidades culminantes na aquisição de conhecimento*.* Barbosa (2006) em análise ressalta que:

A dimensão racial estudada por SILVIA (1998) permite que o aprendiz perceba, discrimine, organize, conceba, conceitue e enuncie o mundo em distintos níveis do seu desenvolvimento. Já a dimensão afetiva é responsável pelo contato do aprendiz com uma aproximação também afetiva, do desejo do aprendiz para desvendá-lo e a dimensão relacional / contextual / interpessoal está ligada ao fato de que a construção do conhecimento se dá a partir das inter-relações entre os sujeitos, que questionam o objeto de conhecimento, argumentam, confrontam ideias, conclusões e conhecimentos (BARBOSA, 2006, p. 14).

A criança está pronta para aprender quando apresenta um conjunto de condições, capacidades, habilidades e aptidões consideradas como pré-requisitos para o início de qualquer aprendizagem. Dentre esses pré-requisitos a ciência cita como fatores fundamentais para o desenvolvimento da aprendizagem os seguintes fatores; Saúde física e mental, maturação que é formada pela interação entre genética e ambiente. Para Rey (1993) *apud* Oliveira (2010), “Saúde, não é sinônimo de ausência de doenças ou sintomas, mas sua definição leva a um conjunto de características relacionadas às condições biológica, subjetiva e sócio-histórica do homem”. Outro fator que pode ser considerado altamente relevante, para a aquisição e aprimoramento do saber é a motivação: pode ser própria ou incentivada por meios externos. Lakomy (2008) enfatiza que:

Todas as crianças possuem “desejo de aprender”, elas possuem uma motivação interna que as predispõe à aprendizagem, podendo ser motivadas por fatores extrínsecos, porém os efeitos desses fatores são transitórios, enquanto os fatores intrínsecos são compensadores por si mesmos. (LAKOMY, 2008, p54)

 Baseando-se na premissa de que o aprender não está relacionado apenas a fatores cognitivos, constata-se que aprendizagem e desenvolvimento são fatores resultantes também da interação social, nesse sentido além de saúde física e mental, fatores tais como; escola, família e ambiente entram no contexto sociocultural como elementos de grande relevância para a aquisição e desenvolvimento da aprendizagem. Ainda nessa perspectiva, Vygotsky (1932), defende que a sociabilidade da criança é o ponto de partida para suas interações com o meio.

As capacidades verbais são de extrema importância para o comportamento e relacionamento humano, sendo então apontados três sistemas verbais: o falado, o lido e o escrito. O primeiro sistema verbal adquirido foi o auditivo. Desde a infância e por toda a vida esse sistema permanece como fundamental. O sistema auditivo é primordial para a aquisição da linguagem, porque funciona simultaneamente em todas as direções e é contínuo: não pode ser desligado, é permissivo e pode ser utilizado enquanto a visão está sendo dirigida para outro lugar. Ainda deve-se registrar que a palavra falada é adquirida em primeiro lugar, pois exige menos maturidade psiconeurológica do que a palavra lida ou escrita. Maluf (2003) afirma que:

Do ponto de vista psicológico, a leitura deve ser vista como sustentada por um sistema cognitivo que atua sobre a informação grafada, de modo a colocá-la em contato com os conteúdos da memória e desse modo tornar possível o seu uso por parte de nossos processos de pensamento (MALUF, 2003, p.18).

Para a aprendizagem da leitura é necessário à aquisição de habilidades em decodificação, que é a identificação e interpretação das unidades linguísticas, transformando os símbolos (letras) em informações significativas.

Um aspecto interessante do desenvolvimento da linguagem, é que o significado da palavra precisa ser adquirido, antes que, as palavras possam ser usadas como tais. Vygotsky (1962) enfatizou esse traço da linguagem quando afirmou que uma palavra sem significado não era uma palavra; esse aspecto é o que chamamos de linguagem interna. Na mesma linha de raciocínio Maluf (2010) ressalta que;

Ao contrário da fala que é utilizada de forma natural e espontânea nas situações comunicativas, a escrita é objeto de análise e reflexão deliberada, consciente. É preciso “manipular diretamente as unidades linguísticas que são as palavras e as partes que as compõem” (MALUF, 2010, p.18).

No que tange a linguagem, Fonseca (1995) diz que: “implica a capacidade de abstração nascida da experiência e é integrada no cérebro do homem por meio da linguagem interior, primeira e verdadeira dimensão da linguagem entre os seres humanos”. Para que uma palavra tenha significado, ela precisa estar inserida em um determinado contexto. Os processos de linguagem interna são aqueles que permitem a transformação da experiência em símbolos (verbais ou não verbais). Seria como afirmar que a linguagem interna é a linguagem com a qual se pensa.

Alguns especialistas franceses defendem a ideia que a escola deverá preocupar-se primeiramente com a aprendizagem da leitura e posteriormente iniciar o processo da escrita. Porém, Morais (1992) diz que:

O ideal é que os dois processos sejam desenvolvidos de forma simultânea de modo que um processo reforce o aprendizado do outro. As crianças que são orientadas de modo inverso realizam apenas cópias de palavras, ou seja, fazem uma mera reprodução, e não entendem o que estão escrevendo como também, dificilmente, conseguirão realizar um ditado ou uma redação (MORAIS, 1992, p. 16).

Pode-se dizer que os componentes da linguagem são vistos como um todo. A fala, a leitura e a escrita não podem ser vistas como elementos isolados, pois, a hierarquia da linguagem, inclui fatores genéticos que sequencialmente seguem um padrão de desenvolvimento, dependentes de maturação orgânica, e que podemos chamar de dialética que é a relação hereditariedade/ meio.

Com freqüência, as instituições de ensino deparam-se com crianças que são habilidosas tanto em relação à recepção quanto à expressão da linguagem falada e até lêem fluentemente, mas não conseguem entender o significado do texto. As deficiências no funcionamento integrativo estão incluídas na definição de distúrbios de aprendizagem e o desafio decorrente dessa possível deficiência deve ser enfrentado.

* 1. A Neuropsicologia

Neuropsicologia trata-se de uma área da ciência que estuda as relações entre os processos cerebrais, fatores psicológicos e neurológicos. Segundo Strahler (2007) *apud* Luria (1981), “a Neuropsicologia é a área específica da Psicologia que tem como objetivo a investigação da função dos sistemas cerebrais individuais em formas complexas de atividades mentais.”

 Apresenta métodos específicos de avaliação e investigação no que tange a normalidade das funções nervosas superiores como a atenção e memória, linguagem e cognição e suas implicações no comportamento humano e particularmente no desempenho escolar. A partir desta definição, temos o neuropsicólogo como o profissional que atua no diagnóstico, acompanhamento, tratamento e nas investigações das integridades cognitivas, buscando o entendimento e correlações das emoções, da personalidade e do comportamento humano relacionando esses aspectos ao funcionamento cerebral. De acordo com a Sociedade Brasileira de neuropsicopedagogia a neuropsicologia:

“Utiliza-se de conhecimentos teóricos angariados pelas neurociências e pela prática clínica, com metodologia estabelecida experimental ou clinicamente. Utiliza instrumentos especificamente padronizados para avaliação das funções neuropsicológicas envolvendo principalmente habilidades de atenção, percepção, linguagem, raciocínio, abstração, memória, aprendizagem, habilidades acadêmicas, processamento da informação, viso construção, afeto, funções motoras e executivas. Na sua atuação, estabelece parâmetros para a emissão de laudos com fins clínicos, jurídicos ou de perícia, assim como complementa o diagnóstico na área do desenvolvimento e da aprendizagem.” (art. 29 do código de ética profissional).

A avaliação neuropsicológica tem como objetivo caracterizar de maneira mais clara e simplificada a real situação cognitiva e emocional do paciente. Objetivando correlacionar as funções intactas e as prejudicadas, na tentativa de compreender como a lesão cerebral afeta a realização das atividades cotidianas refletindo no desempenho escolar e vocacional. Segundo Lefèvre (1989) et al: *apud* Mancine e De Luca (2006).

A avaliação neuropsicológica deve, também, promover e enriquecer o conhecimento do funcionamento cerebral. Tal conhecimento possibilita analisar como se desenvolvem os processos psicológicos, lingüísticos e perceptuais, podendo compará-los e mostrar a interdependência dos mesmos ( LEFEVRE,1989; CIASCA, 2003; TABAQUIM, 2003).

A avaliação neuropsicológica é considerada fator de grande relevância tendo em vista a falta de estrutura, recursos e ainda instrumentos específicos para serem usados nas escolas e também em virtude das dificuldades dos pais em que muitas das vezes pela falta de conhecimento de caso, não sabem como lidar com esta situação e justifica a avaliação que orienta para um melhor aproveitamento e rendimento escolar.

Embasada na própria experiência como psicóloga Corrêa (2001), relata que quando um aluno é encaminhado para um especialista por apresentar comportamento diferenciado, nem sempre é feita uma avaliação precisa na busca de possíveis causas existentes no próprio sistema escolar. Enfatizando ainda que:

Não passa pelas considerações desses educadores a possibilidade de questionar o sistema educacional, a escola e seu modo de organização e funcionamento, seus compromissos básicos, concepções e métodos de avaliação, didática, relação professor-aluno, currículo ou a forma de abordagem dos conteúdos e, menos ainda, o nível de aprendizagem real do aluno. (CORRÊA, 2001, p.24)

 Atualmente, presenciamos algumas mudanças na maneira de realização da avaliação neuropsicológica, voltando-se para uma caracterização mais compreensiva e humanística do paciente, passando a rever conceitos e a levar em considerações questões de cunho histórico-cultural/social e valorizando as relações e interações do sujeito com o meio. Portanto, a questão deixou de ser a preocupação e busca por lesões e sintomas fixos e passou-se a observar a natureza e o grau dos sintomas cognitivos, emocionais, como também levando em consideração os relacionamentos interpessoais dos pacientes, podendo assim chegar a diagnósticos mais precisos. Corrêa (2001) et al: *apud* Mancine e De Luca (2006) enfatizam ainda que:

A visão dos profissionais da educação e da própria sociedade atribui normalmente ao aluno tal fracasso, ficando este como seu depositário. Embora muitas interpretações tenham sido propostas, todas apresentam características comuns: a causa do fracasso escolar está localizada no aluno ou na sua família (CÔRREA, 2001; PROENÇA & MACHADO, 2004).

Esta visão contribui para a prática de encaminhamentos dos alunos às classes especiais conduzindo à exclusão e segregação dos mesmos. Sendo assim, o fracasso escolar tende a ser considerado um fator intrínseco da criança que não aprende, excluindo e eximindo de certa forma a responsabilidade da escola e do professor (CORRÊA, 2001).

* 1. Sócio Construtivismo

O Sócio construtivismo é conhecido por defender uma proposta pedagógica que tem como base as relações dos alunos com o meio em que vivem, ou seja, propõe-se a construir o processo de aprendizagem a partir dos saberes já existentes, valorizando o contexto histórico-cultural e aprofundando os conhecimentos adquiridos e vivenciados pelo sujeito em seu cotidiano.

O conhecimento e a inteligência são fatores inseparáveis, juntos vão se desenvolvendo, sendo ampliados e aprimorados, formando assim um processo de construção ativo no qual o professor é um agente intermediário, pois as crianças não são “uma tábua rasa”, pelo contrário, são seres dinâmicos de mentes férteis e aptas a aprender. Para Piaget (1978) *apud,* Freire (2009)

As crianças são como "pequenos cientistas", pois fazem experiências com o mundo ativamente. A construção do conhecimento é um processo biológico de assimilação do novo ao que já existe comparável de certa forma à digestão. Isso porque, ao ser "assimilado" pelo sujeito, o alimento se transforma. O mesmo acontece com o conhecimento, que é "assimilado" aos esquemas e estruturas do indivíduo. (FREIRE, 2009, art. pensadores)

O indivíduo ao ser valorizado tem a auto-estima elevada o que o torna um ser responsável pelo próprio aprendizado, e assim crescem desenvolvendo senso crítico e a capacidade de aprender e ampliar conhecimentos. Corrêa (2001) acredita que:

Essa condição só será possível à medida que consigamos fazer da escola um espaço efetivamente público, isto é, um espaço onde homens reunidos possam ver ouvir e falar, ser vistos, falar e ouvir construindo na diferença a igualdade, o único espaço em que a liberdade se faz presente condição básica para a ação, cujo resultado pode não ser perfeito, mas será algo que poderá ultrapassar os limites, de onde se origina, tornando-se um bem público (CORRÊA, 2001, p.52).

Seguindo esse caminho a escola teria um princípio de igualdade necessário e almejado para uma sociedade mais justa.

Para Vygotsky (1987), “a natureza humana só pode ser entendida quando se leva em conta o desenvolvimento sociocultural dos indivíduos”. Não existe um indivíduo crescendo de forma isolada. Desde o momento em que nasce a criança passa a fazer parte de uma comunidade com hábitos, gestos, linguagens e tradições próprias, que age como um norte orientando-os e ensinando os rumos do desenvolvimento das habilidades natas. Para os sócios construtivistas a linguagem exerce um papel fundamental na construção do saber, sendo reconhecida como um poderoso instrumento cultural, que pode modificar os rumos do desenvolvimento intelectual que consequentemente irá refletir na construção histórico-cultural do sujeito. Outros sistemas simbólicos, como a linguagem matemática, também são vistos como importantes ferramentas de apoio, agregação e integração no processo ensino-aprendizagem. Segundo Martinelli (2002):

Os educadores na condução de seu trabalho devem “propiciar um ambiente favorável à aprendizagem em que seja trabalhada a auto-estima, a confiança, o respeito mútuo, a valorização do aluno, sem, contudo esquecermo-nos da importância de um ambiente desafiador, mas que mantenha um nível aceitável de tensões e cobranças (MARTINELLI, 2002, p.16).

Para a aquisição de todos esses instrumentos é essencialmente dependente as interações das crianças com outras pessoas, especialmente com adultos que utilizam e dominam as diversas linguagens simbólicas. Exemplo, no aprendizado da matemática. Inicialmente incapazes de entender os números e as operações, as crianças vão vivenciando as mais variadas situações, tanto ­ dentro como fora das escolas ­ em que estes aparecem. A partir da visualização vão combinando as experiências, começando a empregar, inicialmente de forma simples, relacionando ás suas atividades cotidianas, até adquirirem o domínio de seu uso. Bruner (1973) afirma que:

O conceito de números primos parece ser mais prontamente compreendido quando a criança através da construção descobre que certos punhados de feijões não podem ser espalhados em linhas e colunas completas. Tais quantidades têm que ser colocadas em uma fila única ou em um modelo incompleto de linha – coluna no qual existe sempre um a mais, ou alguns a menos, para preencher o padrão. Estes padrões, que as crianças aprendem, são chamados de primos. É fácil para a criança ir desta etapa para o reconhecimento de que uma denominada tabela múltipla é uma folha-registro das quantidades em várias colunas e linhas completadas. “Aqui está a fatoração, multiplicação e primos, em uma construção que pode ser visualizada.” (BRUNER, 1973.p.197.)

A partir da atividade natural agregada à socialização a criança vai desenvolvendo novas habilidades, adquirindo segurança, autoconfiança até tornar se apta na resolução de problemas, os quais vão se integrando a linguagem matemática própria de sua cultura. Pode-se ver um processo social sendo construído e passando a fazer parte das atividades psicológicas da criança. A mesma situação ocorre com a aquisição da linguagem. Os resultados pedagógicos do sócio construtivismo vêm se manifestando de maneira discreta e moderada, por tratar se de um investimento em longo prazo, porém vemos que a influência desse movimento é cada vez mais crescente e aceita na área educacional.

De qualquer forma já é bem clara a importância de se trabalhar em grupos, aprofundando as interações entre alunos, colegas e professores, possibilitando assim a construção de um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e enriquecedor, visto que a aquisição do conhecimento não se efetiva apenas pela exploração do ambiente, mas também através do dialogo, instruções e exemplos, compartilhando idéias e experiências. Nesse ponto, aliás, o sócio construtivismo também busca sua inspiração em Piaget, que falava sobre a importância de os alunos socializarem e compartilharem suas dúvidas e opiniões, participando ativamente ao expressar suas ideias e opiniões, ajudando dessa forma cada um a entender outros pontos de vista e a refletir mais conscientemente sobre as atividades e sobre os distúrbios de cada criança se houver.

Contudo, faz-se necessário uma diferenciação entre o que é fracasso escolar e o que são dificuldades de aprendizagem, pois estas duas situações não podem ser consideradas sinônimos, apesar de existir relação de crianças com dificuldades de aprendizagem e fracasso na escola. Mas há crianças que apresentam dificuldade de aprendizagem que não têm fracasso escolar.

Segundo Correia (1991), o conceito de dificuldades de aprendizagem surgiu da necessidade de se compreender a razão pela quais crianças, aparentemente normais, vinham apresentando insucesso escolar. Ainda sobre as dificuldades apresentada por crianças com distúrbios Fonseca (1995), enfatiza que:

Ela apresenta uma dificuldade em selecionar estímulos relevantes e focar a atenção. São dispersas e geralmente são atraídas por outros sinais irrelevantes. A atenção desconcentrada também pode estar prejudicada, não mantendo as funções de alerta e vigilância. Essa desatenção pode ser motivada por intenção ou super atenção, nos dois casos comprometendo a seleção da informação necessária à aprendizagem (FONSECA, 1995, p. 34).

O sócio construtivismo ainda pode ser usado dentro de sistemas mais tradicionais de ensino, como quando o professor dispõe de uma metodologia desconhecida dos alunos na tentativa de despertar a curiosidade dos mesmos, já que em algumas outras correntes do construtivismo, mostrar qualquer coisa que as crianças desconhecem é inaceitável. O importante é observar que, em qualquer situação, a aprendizagem só vai ocorrer de forma satisfatória se houver a participação ativa dos alunos.

Pode haver grandes diferenças entre escolas, mesmo dentro das que se dizem inspirar­ no sócio construtivismo, porém uma proposta pedagógica seriamente fundamentada nessa modalidade de ensino tendo como principal foco o desenvolvimento sociocultural dos indivíduos, valorizando o sujeito em seus conhecimentos prévios, auxiliando-os no aprimoramento e ampliação dos mesmos, e ainda criando meios para construção e aquisição de novas fontes de saberes, formando assim um sujeito pró-ativo no processo ensino-aprendizagem.

* 1. Dificuldades de aprendizagem

Na busca por uma definição clara e objetiva do que pode ser considerada “dificuldade de aprendizagem” ou “distúrbios de aprendizagem”, inúmeros esforços vêm sendo realizados por parte de profissionais de diferentes áreas, e muitas pesquisas, porém ainda não se tem uma definição aceita universalmente, por existir um grupo de sintomas que torna complexo diagnosticar com precisão as causas desses problemas.

ROSS, (1979) diz que definir os distúrbios é bastante difícil e deduz que:

Um distúrbio de aprendizagem apresenta-se quando a criança não manifesta sub-normalidade mental geral, não é portadora de deficiência das funções visuais ou auditivas, não está impedida de desempenhar tarefas educativas em razão de distúrbios psicológicos desconexos e é dotada das vantagens proporcionadas por educação e cultura adequada, mais desempenho teórico. (ROSS, 1979, p 28).

Os pesquisadores foram aos poucos se conscientizando de que a influência do ambiente, os estímulos recebidos nos primeiros anos de vida e a estrutura afetivo-emocional são fatores preponderantes na construção e definição do comportamento e seus desvios passaram a ser enfatizados, buscando as causas de forma seletiva e cautelosa, isso ocasionou mudanças na concepção do que seria uma criança com dificuldades de aprendizagem. Nessa visão surgem questionamentos referentes ao método e a necessidade de ajustes, partindo de um olhar mais apurado e atento do educador.

A partir dessa preocupação a psicologia vem buscando estabelecer critérios definidores baseados em uma profunda reflexão do que são os modos “normais de aprendizagem” das crianças, contradizendo ao que podem ser considerados divergentes.

Os especialistas gradativamente chegaram á conclusão de que havia crianças que não conseguiam ler e compreender, escrever, decodificar símbolos, calcular, entender conceitos de lateralidade, ou ainda dificuldades de socialização e mesmo assim, não eram retardadas mentais, não apresentavam deficiências sensórias, nem tampouco possuíam problemas de dificuldade motora.

Desse modo, tornou-se fundamental diferenciar as crianças que possuíam incapacidade para aprender, daquelas que não aprendiam normalmente, apesar de possuírem funcionamento intelectual, emocional, motor e sensorial íntegro.

 Embora qualquer situação apresentada como obstáculo à aprendizagem afete o organismo do sujeito de modo que venha a implicar na buscas por uma compreensão clara, não se pode confundir distúrbios de aprendizagem com incapacidade de aprender. Na concepção de Johnson & Myklebust (1987), no primeiro caso, há privação de informações enquanto no segundo, há incapacidade de utilizar informações normalmente e cada uma dessas situações tem sua própria psicologia.

Ainda no contexto psicológico, quanto á definição das dificuldades relacionadas ao aprender e como o mesmo ocorre independente do indivíduo, emprega-se o termo distúrbios psiconeurológicos para indicar que os processos de aprendizagem estão alterados e que essa alteração se deve a uma disfunção neurológica.

 É importante atentar-se para o fato de que há manifestações de dificuldades no aprender que podem estar relacionadas á fatores comportamentais e não neurológicos. Os sintomas mais comuns aparentam ser de cunho psicológicos quanto á natureza. Assim, o termo psiconeurológico revela de forma clara que a condição é basicamente orgânica, e envolve o sistema nervoso central, configurando a ação conjunta do fator comportamental. Para Johnson & Myklebust, (1987), *apud* Ferreira, (2011), pode-se dizer que: “certas crianças têm um distúrbio psiconeurológico de aprendizagem, resultado de uma disfunção cerebral, que se apresenta na forma de processos alteráveis e não de incapacidade geral de aprender.”

Considerando os diversos fatores que podem interferir no processo de aprendizagem, é fundamental que inicialmente seja investigado o ambiente em que a criança vive e a metodologia usada pela escola, somente assim é possível chegar á uma definição mais próxima do ideal.

 Outra definição apresentada por Fonseca (1995) em relação ás dificuldades de aprendizagem é a seguinte:

 É um termo geral que se refere a um grupo heterogêneo de ordens manifestadas por dificuldades significativas na aquisição, na utilização e na compreensão auditiva, da fala, da leitura, das escritas e do raciocino matemático. Tais desordens consideradas intrínsecas ao indivíduo, presumindo-se que sejam devidas a uma disfunção do sistema nervoso central, podem ocorrer durante toda vida. Problemas na auto-regulação do comportamento, na percepção social e na interação social podem coexistir com as dificuldades de aprendizagem. Entretanto, apesar dessas dificuldades (DA) ocorrem com outras deficiências, como por exemplo, distúrbio sócio emocional ou com influencias extrínsecas, como, por exemplo, diferenças culturais ou instrução inapropriada, elas não são o resultado dessas condições”. (FONSECA, 1995, p, 71)

Segundo Visca (1987), além das dificuldades consideradas patológicas, há também dificuldades oriundas de obstáculos que aparecem no mesmo momento em que ocorre a aprendizagem que, por sua vez, “resultam de toda a história vivida pelo sujeito aprendente, nas suas dimensões afetivas, cognitivas, sociais, orgânicas e funcionais”.

Portanto Para Visca (1987), estar com dificuldade para aprender significa que o sujeito ao se deparar com o processo de aprendizagem apresenta um obstáculo que pode ser de caráter cultural, cognitivo, afetivo ou funcional e não conseguem dar prosseguimento à aprendizagem por falta de ferramentas de auxílio na assimilação das informações que lhe são apresentadas.

 Barbosa (2006) salienta que os obstáculos descritos por Visca (1987) podem ser de quatro ordens:

Primeiro é o de ordem do conhecimento, que se caracteriza por oferecer uma informação muito mais complexa do que o sujeito [...] Segundo é o de ordem cultural, o mais comum em nosso país, porque se espera que todos aprendam as mesmas coisas, ao mesmo tempo, apesar de terem tido experiências sociais bem distintas, caracterizando diferentes culturas [...] O terceiro é de caráter afetivo e diz respeito aos medos que o aprendiz sente ao novo conhecimento a ser aprendido [...] O quarto tipo é o de caráter funcional e diz respeito às questões orgânicas e aquelas ligadas ao funcionamento do pensamento (estilo de aprendizagem) durante o processo de ensino / aprendizagem [...]. (BARBOSA, 2006 pg. 58 e 59).

 A presença de um obstáculo no decorrer da aprendizagem não significa que seja uma dificuldade ou distúrbio permanente embora esta seja a forma encontrada pelo indivíduo na auto-regulação dos esquemas de aprendizagem. Neste sentido, Barbosa (1987), *apud* Maciel (2016), expõe que:

A busca da superação desses obstáculos deve acontecer não como uma proposta de cura, mas como a união e ampliação de recursos a serem utilizados neste movimento de busca de equilíbrio e de auto-regulação (MACIEL, 2016 art. Dificuldades de aprendizagem, uma reflexão sobre a prática docente)

Para que isso aconteça, faz se necessário queos profissionais da educação dêem créditos ao sujeito, fortalecendo sua auto-estima, fazendo-o crer nas possibilidades de superação dos tais obstáculos, entendendo seu desempenho como o melhor possível naquele momento, porém instigando-o a buscar uma melhor produtividade a partir da mediação.

Desse modo, deixamos de ver os sujeitos como detentores de uma dificuldade ou até mesmo uma patologia, e passamos a enxergá-los como pessoas que se encontram diante de obstáculos, sejam em maior ou menor grau, ainda que em determinados momentos, necessitam da mediação do profissional educador ou ainda da intervenção do psicopedagogo.

Por isso o papel do educador neste contexto é considerado de extrema importância, pois a forma como encara a dificuldade do sujeito pode facilitar ou complicar ainda mais o desenvolvimento e a aprendizagem de um aluno que em seu percurso escolar depara-se com os referidos obstáculos.

1.5 Principais Distúrbios de Aprendizagem

A maioria dos problemas relacionados à aprendizagem são manifestados nas crianças em iniciação escolar e os mesmos são inicialmente identificados pelo professor ; Essa situação muitas das vezes pode ser apresentada como um grande desafio, dependendo do preparo do profissional, cabe a ele saber diferenciar as causas; caso seja um fator de cunho social ou cognitivo, neste caso a criança deve ser avaliada por profissionais habilitados (fonoaudiólogo, neurologista, psicólogo, neuropsicólogo, psiquiatra, entre outros).

De acordo com Girardelo (2008)*, apud*, Souza, *et al*. (2014),independente do caso, é importante que a criança tanto em fase de investigação como já em tratamento continue a participar das aulas normais. (SOUZA, *et al.* 2014, p 74)

Um dos problemas mais comuns encontrados no ambiente escolar refere-se às dificuldades de memorização, considerado altamente nocivo ao processo de aprendizagem, tem sido amplamente pesquisado e discutido pelos estudiosos; Pain (1986) define a memória como a capacidade do individuo de gravar fatos, experiências e acontecimentos ao longo da vida, apresentado em diversos aspectos; visuais, auditivos, tátil e gustativo.

 Para Gonçalves (2011), a memória humana, pode ser dividida em tipos:

 Verbal ou não verbal, Visual, Auditiva, Táctil e Gustativa. Há aspectos de memória que envolve lembrança imediata e memória de longo prazo; para informações apresentadas pelo menos há 30 minutos e memória remota; para informações que ocorreram há mais de 24 h.

Atualmente vem sendo detectados com maior frequência crianças com dificuldades de memorização, os tais transtornos têm sido associados a algum tipo de disfunção cerebral. Contudo é primordial uma análise ampla e eficaz para que a partir de uma definição de caso haja as intervenções necessárias. No tratamento das disfunções da memória é importante identificar a causa da dificuldade, bem como a natureza, aspectos e grau da disfunção. A intervenção psicopedagógica em indivíduos com disfunções de memória tem o objetivo de auxiliar o sujeito, para que assim possa estabelecer relações mais amplas entre a busca pelo aprendizado e sua capacidade mental.

 No contexto dos distúrbios de linguagem sabe-se que o desenvolvimento desta depende de fatores ambientais e biológicos; até os quatro anos os erros de linguagem são considerados normais, mas a partir dessa idade deve-se ter uma atenção especial, pois se a criança continuar a falar de forma incorreta pode ter sérios problemas em comunicação e expressão que consequentemente virá a refletir em seu desempenho tanto cognitivo como social. Existem alguns distúrbios de linguagem, que devem ser atentamente observados, pois quanto antes serem detectados maiores serão as possibilidades de se obter êxito em sanar as dificuldades dando à criança uma plena continuidade ao seu processo de desenvolvimento e aprendizagem.

Existe a Afasia que é um distúrbio da linguagem, que afeta a pronúncia ou a compreensão da fala, pode decorrer de um acidente vascular cerebral ou lesão cerebral nas áreas correspondentes à fala e linguagem. A esse respeito, Gonçalves (2011), diz que:

Conforme a extensão e localização da lesão o paciente pode apresentar um ou mais sintomas como: Perda total ou parcial da articulação das palavras; Perda total ou parcial da fluência verbal; Dificuldade de expressar-se verbalmente e nomear objetos; Dificuldade de repetir palavras, de contar; de nomear, por exemplo, os dias das semanas, meses do ano, ou ainda perda da noção gramatical; Perda total ou parcial da habilidade de interpretação, não reconhece o significado das palavras; Dificuldade de ler, e escrever; Perda total ou parcial da capacidade de organização de gestos para comunicar o que quer. (GONÇALVES, 201, art. Tecendo o saber)

Nesse caso que é evidente que havendo o comprometimento cerebral há por óbvia consequência obstáculos à aprendizagem conforme explica Ross (1987), “a aprendizagem é função do cérebro, de forma que se houve algo errado com essa função, isto refletirá no mau funcionamento do cérebro ou, como querem alguns, uma disfunção cerebral”. (p. 103).

As pessoas portadoras de Afasia podem apresentar dificuldades de ler, escrever, falar e compreender dificultando sua comunicação e expressão, porém o grau de dificuldade pode variar de pessoa para pessoa. Nesse sentido Leite (2013), acrescenta que:

A afasia pode ser tão grave a ponto de comprometer a comunicação, tornando-a impossível, ou pode ser muito leve. Pode afetar um único aspecto: como a habilidade para recuperar os nomes dos objetos, a habilidade de juntar as palavras em frases ou a habilidade de ler. No entanto, o mais comum é que vários aspectos da comunicação sejam prejudicados. (LEITE, 2013, art. Afasia: definição, diagnóstico e tratamento)

A Dislalia é um distúrbio da fala, conhecido pela dificuldade do sujeito na emissão e formulação das palavras culminando na pronúncia e expressão incorreta, a pessoa portadora do referido distúrbio omiti, substitui ou deforma os fonemas, podendo interferir no aprendizado da escrita. A palavra pronunciada por um dislálico é inconstante, e a linguagem pode ser normal ou incompreensível, a pronúncia das vogais costuma ser correta, com habilidade para emitir sons. No que diz respeito ao tratamento do paciente dislálico segundo Ribeiro (2010),o mesmo consiste em uma investigação das condições físicas, dos órgãos necessários à emissão das palavras, “verificando a integridade mobilidade destes órgãos, assim como a audição, tanto em termos de quantidade como sua qualidade”.

 Quando não são encontradas alterações físicas, é chamada de dislalia funcional. Siqueira (2010), explica que nesses casos pensa-se em genética, imitação ou alterações emocionais. Nas crianças portadoras de deficiência mental, tem se constatado uma dislalia ás vezes tão grave a ponto de a linguagem ser interpretada apenas por familiares.

 Para alguns fonoaudiólogos, a dislalia não pode ser considerada um problema de origem neurológica, e sim de uma questão funcional, porque o som alterado pode se manifestar de diversas formas, podendo haver distorções de sons, ou seja, sons muito próximos, mas diferentes do real. Muitas crianças que estão na fase de alfabetização apresentam também trocas na escrita. Esse tipo de aluno costuma ser desatento na escola por ter dificuldade em ouvir a professora ou professor. Para Vali (2013), a Dislalia constitui em:

 Um grupo numeroso de perturbações orgânicas ou funcionais da palavra. No primeiro caso, resultam das malformações ou de alterações de um grupo numeroso de perturbações orgânicas ou funcionais da inervação da língua, da abóbada palatina e de qualquer outro órgão da fonação. Encontra-se em casos de malformações congênitas, tais como o lábio leporino ou como conseqüência de traumatismos dos órgãos fonadores. Por outro lado, certas Dislalias são devidas a enfermidades do sistema nervoso central. A Dislalia troca de fonemas (sons das letras), pode afetar também a escrita. Na prática o personagem Cebolinha, de Maurício de Souza, é um exemplo de criança com Dislalia. Ele troca o som da letra R pelo da letra L. (VALI 2013, art. Intervenção e Dislalia)

A criança precisa ter uma atenção seletiva e atenta, somente assim será possível discernir em meio a tantos estímulos, um que traga a resposta necessária e com o qual a mesma melhor se identifique. É fundamental que a atenção seja centralizada nos conteúdos. Recursos e maneiras de trabalhar o processo de aprendizagem podem ficar em segundo plano, não que não sejam importantes, porém a base do desenvolvimento efetiva-se no encontro real do sujeito com o método. Ross (1979), salienta que o problema da criança está em perceber tantos estímulos:

A atenção na aprendizagem reporta-se ao problema de seleção de estímulo no ponto em que se estabelece uma associação resposta-estímulo. Mesmo na mais simples situação de aprendizagem, uma pessoa está recebendo vários estímulos simultaneamente, mas a resposta é aprendida para um só estímulo ou para um número limitado de estímulos. (ROSS, 1979, p. 71-72).

 A Disgrafia trata-se de um embaraço na escrita, causada por distúrbios neurológicos e popularmente conhecida como “letra feia”, isso ocorre devido a uma dificuldade em recordar a grafia correta da letra; Apesar de a disgrafia não está associada a nenhum tipo de comprometimento intelectual, ela pode ser mal interpretada ou confundida com desleixo, preguiça e falta de atenção. De acordo com, Souza, *et al. (*2014) ,a disgrafia caracteriza-se nos seguintes aspectos: “lentidão em escrever, letra ilegível, traços irregulares ou muito fortes,desorganização de texto,letras, formas enfim desorganização geral por não possuir orientação espacial.”

 Discalculia é o nome designado às pessoas com dificuldades em compreender e aprender matemática, porém não está associada às dificuldades gerais relacionadas ao aprender. Muller (2011) esclarece que:

 Discalculia é uma condição que afeta a capacidade de adquirir habilidades matemáticas os aprendizes com discalculia podem ter dificuldades para compreender conceitos numéricos simples, não possuem compreensão de números e tem problemas para aprender fatos e procedimentos numéricos mesmo que produzam a resposta correta ou usem o método correto, eles fazem isso mecanicamente e sem confiança. (MULLER, 2011, art. “Discalculia”, uma dificuldade na aprendizagem matemática)

O distúrbio conhecido como dislexia caracteriza-se pelos obstáculos encontrados pelo sujeito na decodificação de símbolos e formulação de palavras; isto é, algumas crianças apresentam dificuldades na aquisição da leitura e escrita que não estão atribuídas a fraca audição ou baixa visão, inteligência ou oportunidades educacionais inadequadas. Gonçalves (2006), *apud* Ramos (2012) diz que:

A dislexia é um distúrbio de aprendizagem que envolve áreas básicas da linguagem, podendo tornar árduo esse processo, porém, com acompanhamento adequado, a criança pode redescobrir suas capacidades e o prazer de aprender. (RAMOS, 2012, art. a Dislexia na visão do psicopedagogo)

Há estudos que comprovam as diferenças no funcionamento do cérebro dos disléxicos, porém não há um consenso em relação á fatores causadores deste distúrbio; Para efeitos de comparação, a aprendizagem da leitura pelas crianças disléxicas demanda um maior espaço de tempo em relação as que não apresentam o distúrbio, isso se deve ao fato das dificuldades em identificar e formular as palavras, atribuindo a elas o sentido e significados corretos.

 As dificuldades mais perceptivas da dislexia estão relacionadas à: leitura, escrita, memorização, relação entre som e letra, pronúncia. Escrever palavras de trás para frente, como se o texto tivesse sido colocado em frente ao espelho, pode ser um sinal do distúrbio. A escrita espelhada ocorre em razão da dificuldade na formação de palavras e na decodificação do alfabeto, presente nos disléxicos em idade escolar. Nesse sentido, Janjacomo (2013), ressalta que: “Crianças disléxicas demoram mais do que as outras para adquirir noções temporais e espaciais, assim como a dominância de lados e os conceitos de direita e esquerda”. Elas podem confundir “ontem e hoje” ou “acima e abaixo”.

Uma vez que os disléxicos não apresentam o mesmo padrão de dificuldades referente ao processamento da palavra escrita, pode-se também esperar que diferentes deficiências sejam apresentadas paralelamente às diferentes formas de dislexia.

Diversos estudos já foram publicados comparando os disléxicos com crianças “normais”, comparadas em idade de leitura, porém tais estudos não mostram diferenças, implicando que embora os disléxicos esforcem-se por aprender, seus padrões de leitura em determinado estágio do desenvolvimento é semelhante ao de um não disléxico no mesmo estágio, sendo que os efeitos são diferentes de pessoa para pessoa, dependendo do grau do problema e das estimulações recebidas em leitura e escrita.

A dislexia aos olhos dos linguistas, não é considerada uma doença, mas um percalço ao desenvolvimento da linguagem afetando a aprendizagem da leitura e escrita; Há situações que devido ao despreparo da equipe pedagógica ela também pode ser confundida com falta de interesse, desatenção, e preguiça. Para Monteiro (2014) “A falta de conhecimento ou precisão do diagnóstico penaliza muitas pessoas que, na verdade, precisam de ajuda e tratamento.”

Ela também não é um caso de desleixo e pode sim ser considerada uma diferença particular de cada indivíduo que utiliza uma espécie de ritmo ou de variação para aprender a leitura e escrita. De acordo com Martins (2001) a dislexia persistente com o passar dos anos, pode ser descrita, explicada e também sofrer a intervenção psicopedagógica. As causas da dislexia podem ser vistas de diferentes ângulos, dependendo da análise do investigador.

Na identificação de crianças com dislexias, destaca-se o papel do professor investigador, quando bem preparado, trabalhando atentamente, ele pode a partir de uma suspeita fazer uma avaliação informal e posteriormente encaminhar a criança a um profissional especializado. Ainda nessa perspectiva Monteiro (2014) adverte:

A intervenção deve envolver o desenvolvimento da consciência fonológica (especificamente, a consciência dos fonemas) e ensino explícito e intensivo da leitura e da escrita por um método fônico em que as letras e os dígrafos são associados aos seus sons correspondentes (fonemas) e vice-versa, por meio de estratégias multissensoriais (MONTEIRO, 2014 Dislexia não é doença).

 É interessante ressaltar que crianças disléxicas podem sim passar pela alfabetização e dar continuidade em seu processo de aprendizagem de maneira plena e ativa, contanto que seja diagnosticado e faça o tratamento adequado.

A respeito do Transtorno de Déficit de Atenção / Hiperatividade. (TDAH), trata-se da atividade psicomotora excessiva com sintomas variáveis e diferenciados caracterizando assim, uma série de problemas relacionados com a falta de atenção, hiperatividade e impulsividade. Apesar de ser conhecido pela comunidade cientifica como uma disfunção cerebral, ainda não há um consenso relativo aos agentes causadores desta disfunção. Cypel (2007), *apud* Stroh (2010) expõe que o TDAH é compreendido como um transtorno que compromete principalmente o funcionamento do lobo frontal do cérebro, responsável, entre outras atividades, pelas funções executivas.

O individuo hiperativo apresenta um comportamento impulsivo, por exemplo; fala sem parar, é impaciente, inquieto e desastrado, interrompendo tudo e todos ao seu entorno. Age com imprudência, sem medir consequência, e vive sempre envolvido em pequenos incidentes e acidentes. Ferreira (2008) *apud,* Stroh (2010), coloca que:

 TDAH é um transtorno do comportamento, que atua mais especificamente no desenvolvimento do autocontrole, na capacidade de controlar os impulsos e de conseguir organizarem-se em relação ao tempo, aos prazos e ao futuro em geral, como as demais pessoas estão aptas a fazer. (STROH (2010 art. TDH – diagnóstico e suas intervenções através da psicopedagogia)

 Tais manifestações devem-se ao fato de uma super estimulação nervosa, que o leva a passar de um único ponto, dando a falsa impressão de que é desligado, pelo contrário, é por estar atento a tudo ao mesmo tempo, que não consegue manter o foco. Esses problemas resultam em um desenvolvimento não adequado causando dificuldades na vida cotidiana da criança e acima de tudo, refletindo negativamente em seu processo de aprendizagem.

 O TDAH é também considerado um distúrbio bio-psicossocial, isto é, apresentam fortes fatores genéticos, biológicos, sociais e vivenciais que contribuem para a intensidade dos problemas experimentados. Esse transtorno pode ser amenizado através de diagnóstico e tratamento adequado ajudando a reduzir drasticamente os conflitos familiares, escolares, comportamentais e psicológicos vividos por essas pessoas.

 Um problema vivenciado no cotidiano e muitas vezes confundido com uma síndrome ou um distúrbio é a falta de Limite, que apesar de não estar relacionada á disfunções orgânicas, pode ser considerada um grande obstáculo ao trabalho pedagógico, interferindo negativamente na aprendizagem. Segundo Zagury (2001) uma grande parte da população infantil chega à escola sem saber o que é ter limite, e com isso cresce e desenvolve uma formação de opinião deturpada, refletindo na falta de respeito e compreensão ao outro. E as consequências são muitas e frequentemente graves.

 Para que as relações se estabeleçam de maneira harmoniosa no convívio social, faz-se necessário seguir regras e condutas, a criança que não aprende quais são os seus limites, dificilmente respeita o seu semelhante. Respeito, compreensão, gentileza, entre outros, são fatores que se somam como quesitos fundamentais ao desenvolvimento integral do sujeito. A falta de limite caracteriza-se nos seguintes aspectos: Falta de concentração, falta de capacidade de suportar quaisquer dificuldades, falta de persistência; Desrespeito ao colega, professor (a), familiares e autoridades em geral; Confronto entre as regras da escola e os anseios por “direitos e liberdade”. Causam também, indisciplina, irresponsabilidade, descaso e desmotivação. Com isso essas crianças desenvolvem um comportamento agitado, e até mesmo agressivo, mantendo-se ligada a tudo a sua volta, sendo muitas vezes confundidas, com aquelas que têm a síndrome da hiperatividade, podendo de maneira equivocada ser diagnosticadas, e até mesmo medicadas para ficarem mais calmas.

 Fica evidentemente claro que ao cultivar princípios e valores que implicam em respeito, moral e bons hábitos, os resultados irão refletir positivamente, na produtividade e desenvolvimento da aprendizagem.

**2.0 RÓTULO OU REALIDADE?**

Quando o sujeito apresenta um baixo nível de competência e habilidade em algumas áreas, podendo ser: deficiências visuais ou de linguagem; deficiências básicas de leitura, escrita e compreensão de texto; deficiência de cálculo e de raciocínio matemático, déficit de atenção, essa criança pode ser considerada no contexto educacional, possuidora de uma dificuldade específica de aprendizagem (DA). Geralmente a sociedade define essas dificuldades como um desvio entre a inteligência geral e o desempenho em uma área específica, como leitura ou matemática, sem muitas das vezes levar em conta a questão do indivíduo como um ser único, usando isso como uma estratégia para excluir, ignorar os que estão fora do dito “padrão” e do critério do ponto de vista social.

 Rótulo “dificuldade de aprendizagem” (DA) não é somente biológico e nem puramente social, e sim a soma destes dois fatores. O fato de alguém ser rotulado como tendo uma DA depende não apenas da condição biológica ou da situação social da pessoa, mas do que corresponde ao meio em que vive. O ambiente desempenha um papel fundamental na vida de quem é rotulado, é dele que vem a tendência podendo ser estimulante ou desestimulante para com algumas habilidades. Por exemplo, uma criança não nasce com uma dificuldade de aprendizagem, ela será identificada como tendo ou não uma DA, dependendo da maneira como ela interage com o grupo, o seu desempenho e ritmo de desenvolvimento em determinadas habilidades, sendo assim inevitáveis as comparações. Nessa perspectiva Prieto (2005) relata que: o aluno que apresenta um ritmo mais lento para aprender ou que aprende de forma diferente é logo colocado em um “vidrinho de conserva” e “rotulado”, e assim permanece como se tivesse uma patologia.

 Vários tipos de rótulos vêm sendo utilizados nos meios escolares na tentativa de justificar os altos índices de retenção, exclusão e evasão de alunos das classes populares. O que acontece na verdade, é que os alunos das classes “ditas” populares, são considerados alunos “problemas” porque são imaturos, vêm de uma família “desestruturada”, além de tudo, lhes faltam estímulos e com isso, são ignorados e tratados como incompetentes. Sabe-se que realmente o desenvolvimento da criança está diretamente ligado aos incentivos recebidos do meio em que vive, sendo que cada sujeito é o reflexo de sua própria história sócio-cultural. Nesse sentido vemos a escola como ambiente de contradições, pois onde deveria ser o local de promoção da igualdade, reforço da auto-estima e elevação do conhecimento, muitas das vezes apresenta aspectos de segregação e exclusão. Em referência aos rótulos, Polato (2009), diz que:

A aplicação de rótulos é mais grave nas crianças e nos jovens porque os alvos são seres em desenvolvimento, que dão mais valor a julgamentos. "Somos suscetíveis ao olhar do outro e vamos formando nossa identidade em meio à interação social.” (POLATO, 2009, art. Educar sem rótulos)

 Ocorrem situações em que crianças são apontadas como deficientes intelectuais, portadores de distúrbios ou dificuldades de aprendizagem sem ao menos haver uma investigação coerente. Tais rótulos obstinam-se apenas a justificar ou explicar as diferenças no rendimento ou insucesso escolar, transfere-se aos alunos a responsabilidade pelo baixo rendimento da sua própria aprendizagem. E muita das vezes essa “avaliação” equivocada passa a ser um fator intensificador do baixo rendimento escolar, pois a criança ao sentir-se responsabilizada pelo seu próprio fracasso se fecha em si mesma, gerando espaço para a insegurança e queda da auto-estima que passam a agir como elementos negativos na construção e desenvolvimento do conhecimento.

 Entende-se que essa argumentação não anula a questão de que realmente existem alunos com reais comprometimentos no desenvolvimento do aprender, mas o que se questiona é o fato de que um número relativamente alto de alunos vem sendo identificados como portadores de distúrbios de aprendizagem, somente por serem leitores fracos ou por possuir baixo rendimento em determinada disciplina ou ainda, por apresentarem um ritmo mais lento que o considerado normal, sem antes mesmo serem analisados os diversos aspectos e obstáculos relacionados ao contexto sócio-cultural próprio do individuo. Corroborando com essa linha de raciocínio, Soares (2011), expõe que exigir de todos os alunos o mesmo desempenho, é um caminho ineficiente, pois cada ser é único em sua maneira de desenvolver suas habilidades dentro do seu próprio tempo real e psicológico. Respeitar esse ritmo é fundamental, preservando o sujeito de pressões que poderão contribuir para um desajuste geral nas estruturas do processo de ensino-aprendizagem.

A reflexão sobre o processo em que ocorre a rotulação de crianças nas escolas envolve preferencialmente, a análise das responsabilidades de todo o setor educacional, buscando clareza e revendo conceitos e priorizando a construção de uma educação justa e igualitária.

 Mello (1996) verificou em suas pesquisas, que as maiorias dos pedagogos investigados alegaram que as maiorias das crianças com baixo desempenho escolar são possuidoras de deficiências cognitivas, o que mostra uma situação bastante preocupante que só vem a confirmar o quanto o setor educacional se encontra desinformado do assunto recorrente. Embora seja frequente, uma criança de baixo rendimento escolar ao apresentar dificuldades para aprender, é fundamental que haja questionamentos, conversa com os pais ou responsáveis, análise e mudanças de método, somente após estes procedimentos será possível obter um panorama da situação e assim chegar a uma conclusão ainda que não definitiva, mas que seja o mais próximo possível da realidade, identificando como portador de uma dificuldade ou distúrbio de aprendizagem somente o indivíduo que tenha sido submetido a uma análise atenta e cautelosa do professor, seguida de uma investigação profunda de um profissional especializado.

 O rótulo DA geralmente é mal interpretado, pois todos os indivíduos possuem dificuldade de aprendizagem em alguma ou outra área, por exemplo: uma pessoa pode ter dificuldade com leitura, mas em contrapartida possui habilidade para cálculos e raciocínio lógico ou até mesmo para interpretar uma peça teatral. Isso prova que ninguém é ineficiente ou eficiente em todas as habilidades. Sobre a necessidade de derrubar rótulos ou modelos, Bencini (2003), enfatiza que:

A escola é o lugar em que todas as crianças devem ter as mesmas oportunidades, mas com estratégias de aprendizagem diferentes. "É necessário parar de privilegiar determinadas qualidades. O aluno mais rápido não é melhor que o mais lento".

(BENCINI, 2003. art. Cada um Aprende de um jeito)

 Assim, agrupar em conjunto todas as pessoas rotuladas em uma só categoria, oferecendo á elas, uma única forma de recuperação, pode ser um caminho improdutivo e injusto, pois prejudicaria a maioria delas. Contudo, deve-se lembrar de que rótulo é apenas um estigma, e ainda que haja uma investigação eficiente, é necessário lembrar sempre que há muitos outros fatores que interferem na aprendizagem.

 Uma pessoa diagnosticada com dificuldade de aprendizagem “real” necessita de intervenção educacional, precisa de ajuda adequada para que encontre possibilidades de amenizar a sua dificuldade, elevando sua auto-estima e se apropriando e desenvolvendo habilidades que o farão protagonista em sua formação integral. No caso do disléxico, por exemplo, o déficit de leitura e da escrita tende a melhorar com a intervenção psicopedagógica, mas isso se for tratado de forma adequada e por profissionais especializados e capacitados, caso contrário tende a permanecer o obstáculo ou até mesmo piorar. Quanto mais adequado for o ensino mais a criança ou o jovem aprenderá a ler e superar os próprios obstáculos e menor será a probabilidade de ser rotulado. De acordo com Carraher *et al*. (1983):

É importante a reflexão sobre a utilização dos rótulos de distúrbios, problemas ou dificuldades de aprendizagem em nossas escolas: a rotulação e o fracasso vêm, em sua maioria, associado a níveis sócios econômicos mais baixos, sugerindo-nos a utilização do termo fracasso escolar seletivo das camadas pobres da população (CARRAHER, 1983, p. 12).

 Presenciamos atualmente da parte da sociedade a não valorização do indivíduo pelo conhecimento, pela habilidade de comunicação não-verbal (incluindo o uso de gestos, postura, expressões faciais), nem tão pouco, pela habilidade cotidiana que ele tem, provinda da sua comunidade, ambiente e relações histórico-culturais, valoriza-se apenas as que são tidas como mais importantes, como a comunicação verbal, esquecendo que as não-verbais também são fundamentais para o sucesso na vida. Em outras palavras, as escolas em geral não enfatizam e nem valorizam as habilidades não-verbais, tem mais probabilidade a rotular como dificuldade a ausência das habilidades valorizadas nas escolas (a fala, a escrita, o raciocínio lógico, as notas altas) do que a ausência das habilidades valorizadas e provenientes dos conhecimentos adquiridos fora da escola.

 Diante da realidade atual se fazem necessários que os profissionais da educação busquem e ampliem as suas considerações e seus questionamentos a respeito do que vem a ser uma dificuldade de aprendizagem ou distúrbio, eliminando as supostas rotulações. Com o passar do tempo, estas justificativas tendem a serem modificadas, desviando o foco do aluno e o seu ambiente, eles não serão mais os culpados, consequentemente, as práticas das escolas passarão a ser analisadas em relação ao suposto fracasso escolar.

Segundo Patto (1991);

Esta trajetória inicia-se com o surgimento das relações de produção capitalista, passa pela luta, pela igualdade, pelo uso dos testes de inteligência, pela aceitação das ideias de raças inferiores, pela proclamação da existência de culturas inferiores e pela concepção acrílica do meio ambiente, demonstrando o papel da ciência na “cientificidade” destes preconceitos étnicos e de classes. Para isso serão necessárias reformas administrativas estruturais da educação que resultam em mudanças no ensino e na avaliação para se obtiver melhores resultados da aprendizagem. (PATTO, 1991, p 41)

Afinal, todos os indivíduos possuem habilidades e debilidades. Até mesmo os rotulados com dificuldade de aprendizagens, possuem potencial para oferecer à sociedade como também competências a serem desenvolvidas, basta apenas serem aceitos como são e no seu próprio ritmo de produção, incentivando essas pessoas despertando nelas a autoconfiança e sendo encorajadas a se considerarem vitoriosas e capazes de construir sua própria formação,como um ser ativo no seu processo de aprendizagem. Porém lamentavelmente, vemos que a maioria dessas pessoas são mais vítimas do que vencedores. Ignorar esses sujeitos ou tratá-los como pessoas sem esperanças seria injusto e não proveitoso tanto para elas quanto para a sociedade.

Diante das questões e causas levantadas, pode se dizer que os problemas relacionados á aprendizagem e consequentemente a rotulação devem ser buscadas nos aspectos relacionados à prática pedagógica e na relação escola e sociedade. Faz se necessário que as práticas pedagógicas sejam adequadas ás reais necessidades do aluno, promovendo a integração entre professores e educandos. Ao oferecer um ensino apropriado, centrado no sujeito, vendo-o como ser único e proativo em seu desempenho, valorizando suas capacidades e conhecimentos, a escola faz com que caia por terra todo o estigma e sensação de incapacidade. Além disso, é importante proporcionar ás crianças um ambiente mais agradável para que as mesmas possam interagir confortavelmente desenvolvendo condutas para uma plena socialização. Os diretores e coordenadores das instituições podem melhorar ainda mais se levar em conta à ciência das dificuldades de aprendizagem, mantendo uma relação transparente com a sociedade, o que refletirá na renovação de conceitos e transformação nas relações sócios culturais.

**3.0 PROPOSTAS DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

È fundamental que os profissionais da educação estejam preparados para analisar e detectar as dificuldades de aprendizagem, observando, testando novas metodologias e se adequando às novas propostas e possíveis soluções para cada um dos casos que por ventura irão surgindo. É preciso fazer com que a aprendizagem ocorra de maneira satisfatória, para isso é necessário dispor de diferentes recursos para que os alunos permaneçam na escola o maior tempo possível, eliminando todas as probabilidades de evasão e reprovação.

 Atualmente o uso da avaliação no cotidiano escolar tem como objetivo a aprovação ou reprovação de alunos, os professores medem a quantidade de aquisição de conteúdos e ficam sem saber o que fazer diante de uma situação de baixo desempenho do sujeito, sendo que possivelmente tais resultados podem estar relacionados à aplicação dos conteúdos, que por não serem adequados ou ainda as avaliações serem elaboradas de forma padronizada e assim o peso do insucesso recai apenas sobre os alunos, sem ser, contudo analisado todo o contexto envolvido. Para Perrenoud (2000)

A situação didática imposta de maneira uniforme a um grupo de alunos é inadequada. Por isso valoriza o ensino diferenciado e argumenta: “Diferenciar o ensino é organizar as interações e atividades de modo que o aluno se defronte constantemente com situações didáticas que lhe sejam as mais fecundas” (PERRENOUD2000: p.25).

 Essa diferenciação na maneira de dispor os conteúdos fará com que os alunos se auto-respeitem e respeitem as diferenças dos colegas e se auxiliem mutuamente no desenvolvimento das competências e habilidades. Para que haja a diferenciação o professor precisa trabalhar com seus alunos buscando a superação de possíveis manifestações de preconceito e resistência. Propor desafios que possam ser solucionados de diferentes formas. Valorizando sempre seus alunos, suas conquistas e ajudando-os a corrigir os erros e estimulando-os na busca de produção e ampliação de conhecimentos.

 Outro fator considerado muito importante no que tange as necessidades de mudanças no âmbito educacional, diz respeito à afetividade; É inaceitável a visão da escola apenas como um local de transmissão de conhecimentos de maneira mecânica e padronizada é preciso que a afetividade permeie as relações: Nesse sentido Balestra (2007) enfatiza que:

 Toda a relação estabelecida na escola deve estar nutrida com grande dose de afetividade O grau de afetividade que envolve a relação do professor com a criança e o que resulta dos laços criados na interação destas com seus pares representa o fio condutor e o suporte para a aquisição do conhecimento pelo sujeito. O aluno precisa sentir-se integralmente aceito para que alcance o desenvolvimento de seus aspectos cognitivo, afetivo e social. (BALESTRA, 2007, p.50).

 Alunos com baixo desempenho escolar caracterizam-se por falta de domínio das estratégias de aprendizagem. Porém, é possível melhorar o rendimento através do uso de métodos diferenciados, possibilitando ao aluno o conhecimento do quando, como e onde, usá-los. O professor pode utilizar o ensino em conjunto, estratégias afetivas e dinâmicas interativas para ajudá-los a lidar com os bloqueios que os afligem. Boruchovitch ressalta que: “A alta-eficácia, metas de aprender, a orientação motivacional intrínseca e as atribuições de causalidade internas, instáveis e controláveis, relacionam-se positivamente a um desenvolvimento cognitivo mais ativo” (BORUCHOVITCH, 2004 p.52).

 É fundamental que o professor seja investigador,pesquisando,indagando, buscando e propondo trabalhar novas habilidades no desenvolvimento da leitura e escrita. Podendo ser usado técnicas diferenciadas, como jogos, brincadeiras e dinâmicas que agem como importantes instrumentos de combate a timidez e retração. Ao brincar a criança se solta, sente-se livre para soltar a imaginação na busca da construção do “EU”, e nessa busca, descobre, cria, inventa e vai traçando seu próprio caminho ampliando e adquirindo novas aprendizagens.

 Ao participar efetivamente no processo de construção do aprender a criança vai adquirindo entendimento dos aspectos e características da vida em sociedade, respeitando normas e regras tão necessárias no convívio social.

 A criança precisa aprender o que é limite, e a ter limite para poder controlar seus desejos, impulsos, a sua agressividade, e também, a conviver com frustrações. Perceber e considerar o outro são desafios que a criança precisa aprender a enfrentar, e o professor pode ensiná-la através de uma metodologia apropriada a cada fase de desenvolvimento da criança. Pode também a partir do lúdico ensiná-la a assumir responsabilidades que se traduza em confiança, domínio de si e principalmente uma maior possibilidade de análise intelectual e poder de decisão. Esses são mecanismos que fazem parte da realidade social e cultural na qual ela está inserida.

 Dessa forma pode-se dizer que o lúdico apresenta uma concepção teórica profunda e outra prática, atuante e concreta. No jogo, tanto a criança quanto o adolescente e o adulto estão plenamente libertos para brincá-lo, e criar. Pois é através da criatividade que o indivíduo torna-se pleno e sincronizado com a vida, percebendo assim, sua potencialidade e a importância das trocas inter-individuais. Contudo, o jogo dá mais sentido ao ser humano, proporcionando assim divertimento, distração, e principalmente conhecimento.

 O lúdico é usado para atividades de grupo, e individuais, possui o objetivo de proporcionar a aprendizagem de uma maneira mais prazerosa, criativa e dinâmica. Para exercer competição física ou mental, aonde ora se ganha ora se perde, onde fica explícita a capacidade da criança em seguir regras. O importante é o professor mostrar afetividade e aceitação para que os alunos possam interagir e construir a sua própria personalidade, e que esta ainda que muitas das vezes seja discreta, no jogo pode ser revelada de forma clara e objetiva na ampliação da socialização. O importante a observar, é se a criança demonstra interesse pelos materiais, ou, pelos jogos a serem trabalhados, se ela não apresentar interesse, ou se há resistência em se estabelecer limites, fica evidente a necessidade de uma investigação de caso, porém cabe ao educador, criar condições para que ela possa brincar, e também, estabelecer vínculos a fim de conhecer a si mesma e compreender os reflexos deste conhecimento na sua vida social.

O jogo não pode ser usado diante da expressão de um trauma da criança, pelo fato de simbolizar o aspecto característico de seu desenvolvimento e seus problemas de adaptação ao meio social. Porque “a criança enfrenta as assíncronas e contradições normais e inerentes ao desenvolvimento mental e físico (...) refletindo tanto uma adaptação social como expressão pessoal”. (BRENELLI 2004, p. 172)

O brincar, na visão de Winnicott (1975), permite a criança situar-se numa área intermediária entre a realidade interna e a realidade compartilhada do mundo externo, permitindo que ambas sejam comunicadas.

 Brenelli (2004) acredita que a extensão da atividade lúdica é bastante ampla e permite à criança, do ponto de vista do significado, reviver suas experiências; no ponto de vista do significante o simbolismo permite “a linguagem pessoal viva e dinâmica. É indispensável para a criança exprimir sua subjetividade, intraduzível somente na linguagem coletiva”. Segundo o autor, o jogo conduz a criança a uma crença própria construindo assim uma verdade subjetiva. O símbolo nele explícito dá a liberdade à “linguagem afetiva”, a qual reflete os sentimentos e as experiências vividas e concretas da criança.

 Como se pode observar o jogo em suas diferentes formas constitui um recurso diagnóstico complementar aos testes e provas. Possibilita um direcionamento ao tratamento de crianças e adolescentes se revelando como um meio favorável como procedimento de intervenção nas áreas da psicoterapia, psicopedagogia e da educação. Brenelli (2004) ressalta que:

No conhecimento escolar a criança pode ser avaliada e envolvida em situações de jogos de regras, neutralizando assim, as resistências que ela apresenta com relação às dificuldades quando é imposta situação diretiva que a faz reviver os fracassos vividos na escola. (BRENELLI, 2004, p. 185)

 De acordo com Brenelli, as atividades com jogos de regras abrem espaço para reflexão; nele a criança organiza e executa as regras impostas pelo jogo, elabora estratégias e cria ações objetivando a superação de possíveis obstáculos que poderão surgir no contexto lúdico. Ao praticar e desenvolver regras a criança permite transparecer suas características afetivas, sociais e morais que estão incluídas nos jogos, pelo fato de exigir relações de correlação, cooperação e respeito mútuo. Relações espaços-temporais e causais vão sendo adquiridas na medida em que a criança estabelece relações entre suas jogadas e as dos adversários.

 Contudo, o professor não deve ater-se apenas ao lúdico, é fundamental lembrar se da parte emocional e do aprendizado, pois, as crianças necessitam de apoio especial, de formar laços no ambiente escolar para encontrar prazer na sala de aula. Por isso o domínio ao invés de falas e frustrações, excitação ao invés de tédio e medo. Além de tudo, prestar atenção às emoções envolvidas no processo de aprendizagem; estabelecer regras claras e objetivas e as ter por escrito. Assim as crianças se sentirão seguras sabendo o que é esperado delas.

 Estabelecer limites para que os alunos possam saber o que é, e o que não é permitido fazer, determinar algumas responsabilidades para eles, mas fazer com calma e prazer, nunca de um modo punitivo. Manter as atitudes de forma consistente e firme.

 O educador não deve complicar e falar sem parar, e sim, simplificar, sempre que puder as instruções, opções e as programações. Usar de palavras verbais e escritas simples para facilitar o entendimento e assimilação. Abusar de elogios e de palavras de encorajamento e de estimulação de sentimentos positivos. Sempre que puder reavaliar sua atuação.

 O papel do professor é o de compreender a natureza das dificuldades; Buscar diagnóstico especializado; Buscar orientação para melhorar o dia-a-dia da criança; Deve se instrumentalizar, utilizando objetos, utensílios, gravuras entre outros recursos, para valorizar suas explicações; Utilizar outras formas de avaliação, não só a escrita, pode ser oral ou por dramatização. É nítida a necessidade de contrabalancear a redação, usando-a como um agente instigante e motivador, incentivar sempre a leitura usando elementos do cotidiano e buscar o seu entendimento a cada parágrafo.

O educador deve ser maleável com a aprendizagem específica de sua disciplina. Precisa estar atento também, em auxiliar a família, que porventura crie em casa algumas situações com as quais não sabem lidar depois. No que se refere ao educador, Oliveira (2004) diz que:

“A postura do educador deve ser de uma constante reavaliação de sua atenção e de uma análise crítica sobre as reais potencialidades e dificuldades de seus alunos que estejam interferindo no aprender”. (OLIVEIRA, 2004, p. 94).

**CONCLUSÃO**

Os resultados obtidos na elaboração deste trabalho podem ser considerados satisfatórios, apesar de não ter alcançado todos os aspectos e situações que dificultam a aprendizagem. Ficam evidentes que as dificuldades de aprendizagem ocorrem por motivo de vários obstáculos que atrapalham o processo do aprender, pelo fato de que a criança vivencia várias situações que podem lhe proporcionar bloqueio na aprendizagem.

No referido trabalho objetivou-se mostrar que não existe um único ‘’culpado’’ pelas dificuldades encontradas. Muitas vezes a escola situa o problema do fracasso no individuo, considerando-o como portador de algum tipo de ‘’desvio’’ ou ‘’anormalidade’’.

Assim, o ‘’insucesso’’ é atribuído a debilidade das capacidades intelectuais, a cultura desviante e outras categorias como: a dislexia (para a dificuldade de leitura), as disortografias (dificuldades em ortografias) e as discauculias (dificuldades em cálculo) entre outras que servem como rótulo. Estes levam aqueles que fracassam a tratamentos diversos em instituições especializadas e classes especiais.

A estrutura da escola, os profissionais, dirigentes, familiares e sociedades devem obter uma visão mais ampla e crítica da situação, criando caminhos que possibilitarão mudanças significantes na construção de um ambiente educacional menos contraditório e injusto. Pois a educação não precisa de reforma, e sim de uma ampliação dos sistemas educacionais adequando-os as individualidades particulares dos alunos, caso contrário a escola se transformará em um ambiente de reprodução da segregação e exclusão.

Os ritmos de aprendizagem das crianças não são as mesmas, alguns apresentam dificuldades em acompanhar o ritmo do educador e são estigmatizados como lentos. É natural e aceitável que existem diversas causas para lentidão como: distúrbio emocional, deficiência física, falta de incentivos, condições familiares instáveis e deficiência no próprio ensino; mas isso não quer dizer que haja uma deficiência intelectual, ficando evidente a necessidade da escola conhecer também a realidade sócio cultural e familiar de seus alunos, afinal a base do autoconhecimento e inspiração na busca da aquisição da aprendizagem é a família. Por conseguinte eis uma lenda:

“Os peixinhos resolveram ensinar os caranguejos a nadarem para frente, depois de quatro horas de aula, os caranguejinhos voltaram para casa nadando para frente, e por vários dias os peixinhos perceberam que toda vez que a aula começava eles chegavam nadando de lado. Foi quando um peixinho esperto falou: Não adianta ficarmos aqui ensinando por quatro horas, eles nadarem para frente, pois passam vinte horas com seus pais que só nadam de lado!”

Sendo assim o trabalho de restauração dos valores humanos revela que a escola pode e deve ajudar na formação educacional das crianças e jovens, sabendo porém que, quando a família é auxiliada na construção e estruturação do relacionamento familiar está prevenindo problemas emocionais que, por conseguinte irão refletir negativamente no aprendizado e socialização dessas crianças. Portanto, cabe aos professores, psicopedagogos e todos os envolvidos no sistema educacional buscar alternativas e meios de ajudar as famílias, criando laços e unindo forças para que a educação e formação ocorra de maneira plena e satisfatória.

“A educação do futuro precisa formar pensadores e empreendedores, sonhadores, lideres não apenas no mundo em que estamos, mas do mundo que somos”. Augusto Cury (2003).

Todavia, para que haja uma educação libertadora, igualitária, reflexiva e sustentável, faz se necessário que os órgãos governamentais competentes ampliem e proporcionem melhores condições, propostas educacionais e estrutura; desde melhorias de salários dos profissionais, qualificação presente e precisa, acessibilidade à tecnologia, entre outros, assim buscar condições de aprendizagem, não consiste em questionar a patologia do aprendente, mas em ampliar este foco, abrindo espaço para outras variáveis que também influenciam no processo de aprendizagem como a instituição, o método de ensino, as relações professores-alunos, os aspectos sócios culturais, a história de vida de cada sujeito, entre outros fatores. Sendo assim uma educação macro de futuro seria; governantes compromissados e operantes, professores empreendedores flexíveis, aluno confiante com alta estima elevada, reflexo de uma educação significativa e de qualidade.

Concluí-se assim este trabalho propondo aos professores e a toda equipe educacional que exerçam a sua função por vocação e amem seu trabalho, amem seus educandos, o suficiente para não expulsa-los de vosso mundo, e abandoná-los aos seus próprios recursos, e não arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender e ser um agente ativo na aquisição de conhecimentos que refletiram na construção de um futuro mais digno e igualitário.

**REFERÊNCIAS**

BALESTRA, Maria Marta Mazaro**. Psicopedagogia em Piaget**

**Uma ponte para a educação da Liberdade.** Ibpex; Curitiba: 2007. 127 p

BARBOSA, l.M.S. **Psicopedagogia**: **Um diálogo entre a psicopedagogia e a educação:** Bolsa Nacional do Livro, 2006.

BENCINI, Roberta. **Cada um Aprende de um jeito**.

Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1444/cada-um-aprende-de-um-jeito>. Acesso em: 17 de Abril, 2017 as 19h00

CARRAHER, T.N; Schiemann, A. **Fracasso Escolar: uma questão social.** Cadernos de pesquisa, São Paulo, nº 45, p.3-19, Maio, 1983.

CIASCA, S.M. **Diagnóstico dos distúrbios de aprendizagem em crianças: análise de uma prática interdisciplinar.** Dissertação (Mestrado em psicologia – Universidade de São Paulo, 1990).

CÔRREA, R. M. **Um olhar sobre a eficácia da educação escolar**. In: CORRÊA, R. M. Dificuldades no aprender: outro modo de olhar. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

CURY, Augusto Jorge. **Pais Brilhantes, Professores Fascinantes**. Rio Janeiro: sextante, 2003.

**Fatores influentes no desenvolvimento do potencial criativo**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2010000100010> Acesso em: 23 de fevereiro, 2017 as 19h00

FERREIRA, Izabel, **Minha escrivaninha.** Disponível em: <http://izabelrferreira.blogspot.com.br/2011/10/dificuldades-de-aprendizagem.html>-Acesso em: 07 de março, 2017, as 22h00

FREIRE, Yolmar. **Pensadores**. Disponível em: <http://yolmarfreire.blogspot.com.br/2009/08/pensadores.html> Acesso em: 02 de março, 2017 as 22h00

FONSECA, v. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GONÇALVES, Lucilene. **Tecendo o saber.** Disponível em**:** <http://aprendizagemafetiva.blogspot.com.br/2011/09/alguns-transtornos-de-aprendizagem.html>Acesso em: 09 de março, 2017 as 22h00

JANJACOMO**, Mariana, sete sinais de que seu filho pode ter dislexia** (2013) Disponível em: <http://veja.abril.com.br/saude/sete-sinais-de-que-o-seu-filho-pode-ter-dislexia/> Acesso em: 13 de março, 2017 as 18h00

JOHNSON, Doris I. & MYKLEBUST, Helmer R. – **Distúrbios da Aprendizagem: Princípios e Práticas Educacionais**: São Paulo: Pioneira, 1987

LAKOMY, Ana Maria. **Teorias cognitivas da Aprendizagem**. Ibpex; Curitiba: 2008. p.93

LEFÈVRE, B.H. **Avaliação Neuropsicológica Infantil**. In: ANDRADE, V.M; DOS SANTOS, F.H.; BUENO, O.F.A. Neuropsicologia hoje. São Paulo: Artes Médicas, 2003.

LEITE, Ana. **Afasia: definição, diagnóstico e tratamento, 2013**

Disponível em: <https://www.reab.me/afasia-definicao-diagnostico-e-tratamento/>

Acesso em: 22 de março, 2017 as 23h00

LEZAK MD. **Neuropsychological**Assessment. 3rd ed. New York: Oxford University Press; 1995. [Neuropsicopedagogo institucional e clínico – Artigo Comentado. (Art. 29 do Código de Ética Técnico Profissional)](http://www.sbnpp.com.br/neuropsicopedagogo-institucional-e-clinico-artigo-comentado-art-29-do-codigo-de-etica-tecnico-profissional/)

Disponível em: <http://www.sbnpp.com.br/neuropsicopedagogo-institucional-e-clinico-artigo-comentado-art-29-do-codigo-de-etica-tecnico-profissional/> Acesso em: 01 de março, 2017 as 17h00

MACIEL, Maria Sirliane Eneas Marques. **Dificuldades de Aprendizagem - Uma Reflexão sobre a Prática Docente**(2016)Disponível em: <http://psicosirliane15.blogspot.com.br/>Acesso em: 22 de março, 2017 as 18h00

MANCINE, Marcia Sandevile; De LUCA, Silvana Aparecida**. Avaliação neuropsicológica**: **Buscando compreender crianças com queixa de dificuldade de aprendizagem**, (2006) Disponível em: <http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/142.pdf> Acesso em: 28 de fevereiro, 2017 as 23h00

MARTINELLI, S.C. **Os aspectos afetivos das dificuldades de aprendizagem**. In: Sisto, F.F.; Buruchovitch, E.;Fini, L.D.T.; Brenelli, R.P. e Martinelli, S.C. (orgs). **Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico**, Vozes, RJ: 2002.

MARTINS**, Vicente, como descobrir um disléxico(2001)** Disponível em**:** <http://sitededicas.ne10.uol.com.br/artigo22.htm> Acesso em: 13 de março, 2017 as 23h00

MELLO, G.V. **A proposta psicopedagógico é viável?:** Reflexões acerca da(im) possibilidade de união e/ou contribuição em Psicanálise e pedagogia/Educação. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista de Marília, 1996.

MONTEIRO, Lilian**. Dislexia não é doença; transtorno da linguagem é confundido com falta de interesse e preguiça (2014)**

Disponível em: [http://www.uai.com.br/app/noticia/saude/2014/08/19/noticias-saude,191800/dislexia-nao-e-doenca-transtorno-da-linguagem-e-confundido-com-falta.shtml](http://www.uai.com.br/app/noticia/saude/2014/08/19/noticias-saude%2C191800/dislexia-nao-e-doenca-transtorno-da-linguagem-e-confundido-com-falta.shtml) Acesso em: 15 de março, 2017 as 18h00

MORAIS, Antônio M.P. **Distúrbios de Aprendizagem – uma abordagem psicopedagógico**: São Paulo, Edicon, 1992.

MULLER, Irani Aparecida. **“Discalculia”, uma dificuldade na aprendizagem matemática,2011** Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2357/1/2011_IraniAparecidaMuller.pdf>

Acesso em: 23 de março, 2017 as 09h00

PATTO, M.H.S. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: TA. Queiroz, 1991.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia Diferenciada**: Porto Alegre: Artmed, 2000.

Problemas de aprendizagem ou ensinagem? Disponível em:

<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=463>

Aceso em: 22 de março, 2017, as 22h00

POLATO, Amanda**. Educar sem Rótulos**

Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/educar-rotulos-450070.shtml> Acesso em: 28 de março, 2017 as 18h00

PROENÇA, M.; MACHADO, A. M. **As crianças excluídas da escola**: **um alerta para a psicologia**. In: MACHADO, A. M.; SOUZA, M. P. R. (orgs.) **Psicologia escolar: em busca de novos rumos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

RAMOS, Fábio Pestana**. A dislexia na visão do psicopedagogo: uma abordagem das dificuldades em administrar os métodos de ensino-pedagógicos,(2012)** Disponível em: <http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br/2012/07/a-dislexia-na-visao-do-psicopedagogo.html> Acesso em: 12 de fevereiro, 2017as 17h00

RIBEIRO, Kelly. **Sala de recursos,(2010).** Disponível em: <http://kellysaladerecursoscefpipiripau.blogspot.com.br/2010/02/dislalia-discalculiadisgrafia-e-depac.html>Aceso em: 09 de março, 2017 as 23h00

RODRIGUES N. **Neuropsicologia**: **Uma disciplina científica**. In Rodrigues N, Mansur LL, editors. Temas em Neuropsicológica. São Paulo: Tecart; 1993. v.1. p.1-18.

ROSS, A.O. **Aspectos Psicológicos dos distúrbios da aprendizagem e dificuldades na leitura**: São Paulo: MC Graw – Hill do Brasil, 1979.

SISTO, Fermino Fernandes &Evely Boruchovitch.**organizadores.**  Petrópolis: RJ- Vozes, 2004.

SOARES, Maria do Carmo dos Anjos**. Algumas concepções sobre a Dificuldade de Aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos , 2011**

Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2159/1/2011_MariadoCarmodosAnjosSoares.pdf>. Acesso em: 29 de março, 2017 as 18h00

SOUZA, Flavia Danieli; RIBEIRO, Mônica Cintrão França. BRAUSNSTEIN,Valeria Campinas**. Educação Inclusiva.** Editora Sol, 2014,136 p

SPREEN, O; Strauss E. A. **Compendium of Neuropsychological** Tests: administration, norms, andcommentary. 2nd ed. New York: Oxford University Press; 1998.

STRAHLER, Tiago Rivero. **Neuropsicologia: o que é e como se faz**? Disponível em: <http://www.redepsi.com.br/2007/04/21/neuropsicologia-o-que-e-como-se-faz/> Acesso em: 12 de Abril, 2017 as 18h00

STERNBERG, Robert J. **Crianças rotuladas: o que os pais e professores precisam saber sobre as dificuldades de aprendizagem***.* Porto Alegre: Artmed, 2003.

STROH, Juliana Belawski. **TDAH diagnóstico psicopedagógico e suas intervenções através da Psicopedagogia e da Arteterapia**

Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542010000200007> Acesso em: 24 de março, 2017 as 18h00

VALI ,Rosangela. 2013. **Intervenção e dislalia** Disponível em: <http://silvanapsicopedagoga.blogspot.com.br/2013/02/intervencao-dislalia.html>Acesso em: 10 de março, 2017 as 11h00

VYGOTSKY, Lev Semionovich. Disponível Em: [**http://livros01.livrosgratis.com.br/me4685.pdf**](http://livros01.livrosgratis.com.br/me4685.pdf) Acesso em:28 de fevereiro, 2017 as 22h00